



CÓD: OP-020JL-24
7908403557653

BARCELOS-AM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS - AMAZONAS

Professor de Educação Infantil- Zona
Urbana

EDITAL 01/2024

Português

1. Interpretação de texto	7
2. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
3. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais; domínio da estrutura morfossintática	7
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	8
5. Emprego de tempos e modos verbais	9
6. Concordância verbal e nominal	10
7. Regência verbal e nominal.....	12
8. Crase	13
9. Figuras de sintaxe.....	13
10. Vícios de linguagem	16
11. Equivalência e transformação de estruturas.....	17
12. Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe.....	18
13. Morfologia	22
14. Estrutura e formação das palavras.....	28
15. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre	29
16. Processos de coordenação e subordinação	31
17. Colocação pronominal	31
18. Equivalência e transformação de estrutura	32

Conhecimentos Gerais

1. Atualidades - Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet	37
2. História e geografia do Brasil e do Município de BARCELOS.....	37

Legislação e Didática

1. Fundamentos da Educação	93
2. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	99
3. Relações socioeconômicas e político - culturais da educação	100
4. Processo ensino-aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade.....	101
5. Avaliação.....	101
6. Educação inclusiva	102
7. Educação e Direitos Humanos	103
8. A função social da escola	107
9. Democracia e Cidadania	107
10. Inclusão educacional e respeito à diversidade	112
11. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	124
12. Didática e organização do ensino	133

ÍNDICE

13. Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica	137
14. Saberes Escolares, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem	137
15. Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos	138
16. Planejamento: a realidade escolar.....	149
17. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	150
18. Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	150
19. o planejamento e o projeto pedagógico da escola	150
20. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	167
21. Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro Brasileira e Africana	204
22. Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias	205
23. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos 2007	205
24. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	209
25. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II– arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II	209
26. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – SEESP/MEC	209
27. Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – MEC	212
28. Lei Federal 11.274/06 – Altera artigos da LDB e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	213
29. Lei Federal 11.114/05 – Altera artigos da LDB.....	213

Legislação

1. Direitos e Deveres do Funcionário Público	219
2. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo.....	221
3. Ética	226
4. Lei orgânica de Barcelos	227
5. Estatuto do Servidor de Barcelos.....	227
6. Leis pertinentes a cada cargo inseridas em seus conteúdos programáticos	227

Raciocínio Lógico / Matemática

1. Análise Combinatória.....	249
2. Probabilidade.....	252
3. Calendários	254
4. Comparações Numéricas	256
5. Grandezas Proporcionais, Razões Especiais	256
6. Sequências Lógicas, Proposição e Tabela Verdade, Raciocínio Lógico Verbal e Lógica Quantitativa e Dedutiva. Proposições e conectivos; Operações lógicas sobre proposições; Tabelas verdade de proposições compostas; Tautologias e contradições; Equivalência lógica e implicação lógica; Álgebra das proposições; Argumentos; Sentenças abertas; Operações lógicas sobre sentenças abertas; Quantificadores	258
7. Módulo II - Raciocínio quantitativo: conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto; Conjuntos de números e desigualdade.....	282
8. Expressões e equações algébricas	288

9. Sequências e séries	289
10. Trigonometria, logaritmo e exponencial	290
11. Funções	297
12. Matrizes e determinantes	332
13. Geometria; Geometria analítica	340
14. Estatística e probabilidades	351
15. Matemática financeira	354

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Infantil - Zona Urbana

1. Aspectos do desenvolvimento da criança (físico, social, cognitivo e afetivo)	363
2. Cuidados físicos com a criança	363
3. A relação do Auxiliar de Desenvolvimento Escolar e a criança	364
4. Atendimento às necessidades das crianças– limites	365
5. Crianças de zero a 3 anos necessidades e cuidados	366
6. Orientações metodológicas	367
7. Planejamento, organização do tempo e do espaço, rotina diária	368
8. Cuidados com a criança: alimentação, higiene, saúde e segurança	368
9. Atividades lúdicas. Jogos Infantis	368
10. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010–Resolução n.º7MEC/CEB–14/12/2010	369
11. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizações. Artigo 5.º, incisos I a X, XII, XLII, XLIII	376
12. Artigos 205,206, 208, 210, 211- § 2.º, 227 - § 3.º, inciso III, § 4.º. (Atualizada)	376
13. Decreto n.º 7.611 de 17 de nov. de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências	377
14. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. (Atualizada)	378
15. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Atualizada)	378
16. Resolução n.º 04/10 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. BRASIL MINISTÉRIO	378
17. Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e convenções. cardeais e colaterais	378

PORTUGUÊS

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS; DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL. EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <i>esta</i> : colonização africana. Mais um ano <i>igual aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. <i>A menina</i> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <i>mas</i> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <i>casa</i> é clara. Os <i>quartos</i> , a <i>sala</i> e a <i>cozinha</i> têm janelas grandes.

Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.

- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.

- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.

- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.

- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

O emprego dos tempos e modos verbais é essencial para a construção de sentido em uma língua. Em português, os tempos verbais indicam o momento em que a ação ocorre (presente, passado ou futuro), enquanto os modos verbais expressam a atitude do falante em relação à ação (indicativo, subjuntivo ou imperativo). A seguir, são detalhados os principais usos e exemplos dos tempos e modos verbais.

Modos Verbais

1. Indicativo

- Expressa ações reais e certas.

- Presente: Indica uma ação que ocorre no momento da fala ou um estado permanente.

- Ex.: “Eu estudo todos os dias.”

- Pretérito Perfeito: Indica uma ação concluída no passado.

- Ex.: “Eu estudei ontem.”

- Pretérito Imperfeito: Indica uma ação contínua ou habitual no passado.

- Ex.: “Eu estudava todas as noites.”

- Pretérito Mais-que-perfeito: Indica uma ação anterior a outra no passado.

- Ex.: “Eu já tinha estudado quando ele chegou.”

- Futuro do Presente: Indica uma ação que ocorrerá no futuro.

- Ex.: “Eu estudarei amanhã.”

- Futuro do Pretérito: Indica uma ação futura em relação a um fato passado, geralmente ligada a uma condição.

- Ex.: “Eu estudaria se tivesse tempo.”

2. Subjuntivo

- Expressa ações hipotéticas, duvidosas ou desejadas.

- Presente: Indica uma ação presente ou futura incerta ou desejada.

- Ex.: “É importante que eu estude.”

- Pretérito Imperfeito: Indica uma ação passada ou presente incerta, hipotética ou desejada.

- Ex.: “Se eu estudasse mais, tiraria boas notas.”

- Futuro: Indica uma ação futura incerta.

- Ex.: “Quando eu estudar, tirarei boas notas.”

3. Imperativo

- Expressa ordens, pedidos ou convites.

- Afirmativo: Usa o presente do indicativo para a segunda pessoa do singular e do plural (sem o pronome “você”) e o presente do subjuntivo para as demais pessoas.

- Ex.: “Estuda!” (tu), “Estude!” (você), “Estudem!” (nós), “Estudai!” (vós), “Estudem!” (vocês)

- Negativo: Usa o presente do subjuntivo para todas as pessoas.

- Ex.: “Não estudes!” (tu), “Não estude!” (você), “Não estudemos!” (nós), “Não estudeis!” (vós), “Não estudem!” (vocês)

Tempos Verbais

Presente

- Indicativo: “Eu canto.”

- Subjuntivo: “Que eu cante.”

- Imperativo: “Canta (tu)!” / “Cantem (vocês)!”

Pretérito

- Perfeito do Indicativo: “Eu cantei.”

- Imperfeito do Indicativo: “Eu cantava.”

- Mais-que-perfeito do Indicativo: “Eu já cantara.”

- Imperfeito do Subjuntivo: “Se eu cantasse.”

Futuro

- Futuro do Presente do Indicativo: “Eu cantarei.”

- Futuro do Pretérito do Indicativo: “Eu cantaria.”

- Futuro do Subjuntivo: “Quando eu cantar.”

Exemplos de Uso

1. Narrativa no Presente

- “Eu acordo cedo e estudo até o meio-dia. Depois, almoço e reviso a matéria da tarde.”

2. Narrativa no Passado

- Pretérito Perfeito: “Ontem, eu estudei durante cinco horas.”

- Pretérito Imperfeito: “Quando eu era criança, estudava todos os dias após a escola.”

- Pretérito Mais-que-perfeito: “Ele já havia terminado a prova quando eu cheguei.”

3. Narrativa no Futuro

- Futuro do Presente: “Amanhã, estudarei a matéria de matemática.”

- Futuro do Pretérito: “Eu estudaria mais se tivesse mais tempo.”

4. Hipóteses e Desejos

- Subjuntivo Presente: “Espero que ele estude para a prova.”
- Subjuntivo Imperfeito: “Se ele estudasse, passaria no exame.”
- Subjuntivo Futuro: “Quando ele estudar, ficará mais confiante.”

5. Ordens e Pedidos

- Imperativo Afirmativo: “Estuda para a prova!” / “Estudem com atenção!”
- Imperativo Negativo: “Não estudes agora!” / “Não estudem na sala de aula!”

O uso correto dos tempos e modos verbais é essencial para a clareza e precisão na comunicação. Entender e aplicar esses conceitos permite expressar ações em diferentes momentos e com diferentes nuances, atendendo às necessidades comunicativas em diversas situações.

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

Concordância é o efeito gramatical causado por uma relação harmônica entre dois ou mais termos. Desse modo, ela pode ser verbal — refere-se ao verbo em relação ao sujeito — ou nominal — refere-se ao substantivo e suas formas relacionadas.

- Concordância em gênero: flexão em masculino e feminino
- Concordância em número: flexão em singular e plural
- Concordância em pessoa: 1ª, 2ª e 3ª pessoa

Concordância nominal

Para que a concordância nominal esteja adequada, adjetivos, artigos, pronomes e numerais devem **flexionar em número e gênero**, de acordo com o substantivo. Há algumas regras principais que ajudam na hora de empregar a concordância, mas é preciso estar atento, também, aos casos específicos.

Quando há dois ou mais adjetivos para apenas um substantivo, o substantivo permanece no singular se houver um artigo entre os adjetivos. Caso contrário, o substantivo deve estar no plural:

- *A comida mexicana e a japonesa. / As comidas mexicana e japonesa.*

Quando há dois ou mais substantivos para apenas um adjetivo, a concordância depende da posição de cada um deles. Se o adjetivo vem antes dos substantivos, o adjetivo deve concordar com o substantivo mais próximo:

- *Linda casa e bairro.*

Se o adjetivo vem depois dos substantivos, ele pode concordar tanto com o substantivo mais próximo, ou com todos os substantivos (sendo usado no plural):

- *Casa e apartamento arrumado. / Apartamento e casa arrumada.*
- *Casa e apartamento arrumados. / Apartamento e casa arrumados.*

Quando há a modificação de dois ou mais nomes próprios ou de parentesco, os adjetivos devem ser flexionados no plural:

- *As talentosas Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles estão entre os melhores escritores brasileiros.*

Quando o adjetivo assume função de predicativo de um sujeito ou objeto, ele deve ser flexionado no plural caso o sujeito ou objeto seja ocupado por dois substantivos ou mais:

- *O operário e sua família estavam preocupados com as consequências do acidente.*

CASOS ESPECÍFICOS	REGRA	EXEMPLO
É PROIBIDO É PERMITIDO É NECESSÁRIO	Deve concordar com o substantivo quando há presença de um artigo. Se não houver essa determinação, deve permanecer no singular e no masculino.	<i>É proibida a entrada. É proibido entrada.</i>
OBRIGADO / OBRIGADA	Deve concordar com a pessoa que fala.	Mulheres dizem “obrigada” Homens dizem “obrigado”.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES - FATOS E NOTÍCIAS LOCAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE DIVERSOS ASSUNTOS VEICULADOS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, COMO JORNAIS, REVISTAS, RÁDIOS, TELEVISÃO E INTERNET

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL E DO MUNICÍPIO DE BARCELOS

BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorias para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses

e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa. A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça

e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrôpole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânias hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

As Capitânias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganham o nome de Capitânias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitânias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitânias Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitania do Maranhão
- Capitania do Ceará
- Capitania do Rio Grande
- Capitania de Itamaracá
- Capitania de Pernambuco
- Capitania da Baía de Todos os Santos
- Capitania de Ilhéus
- Capitania de Porto Seguro
- Capitania do Espírito Santo
- Capitania de São Tomé
- Capitania de São Vicente
- Capitania de Santo Amaro
- Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitânias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitânias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitânias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

- Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

- Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitânias. A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriam preconceito.

SOCIEDADE AÇUCAREIRA

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural.
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

- Mineração

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

Ouro

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de fiação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as “derramas” se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

LEGISLAÇÃO E DIDÁTICA

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

— Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologias da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos

lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

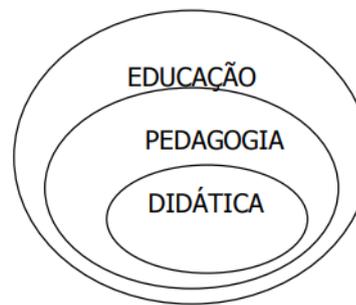
As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando “conceitos humanísticos” que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

— Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.



1 <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

• **Produtos de Aprendizagem**

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo

aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

A interpenetração entre saber e conhecimento é o produto da aprendizagem que realmente interessa ao ser humano, ou seja, um produto de aprendizagem que é sistematizado e transformador, ao qual damos o nome de práxis. A **práxis** pode ser definida como a contínua conversão do conhecimento em ação transformadora e da ação transformadora em conhecimento.

A Psicologia tem como objeto o comportamento humano. Para estudá-lo, ela faz recortes, que constituem suas subáreas: ao indivíduo que aprende corresponde a Psicologia de Aprendizagem, ao indivíduo que se desenvolve corresponde a Psicologia do Desenvolvimento, ao indivíduo que se relaciona no grupo, a Psicologia Social, ao indivíduo que se constitui como individualidade, a Psicologia da Personalidade, e assim por diante.

Em cada subárea surgem, evidentemente, várias teorias. Dentre as subáreas de Psicologia, as que têm tido um papel destacado na Educação são: a Psicometria, a Psicologia da Aprendizagem e a Psicologia do Desenvolvimento.

Voltando-se a afirmativa de que a Didática tem por função primordial, levar o educando a aprender, não podemos desvincular de sua estrutura o auxílio da ciência psicológica, pois na medida em que aplica as formulações científicas fornecidas por esta ciência, responde à perguntas como:

- Quem Aprende?
- Como Aprende?

Por meio dos conhecimentos psicológicos, que diferem e caracterizam o sujeito que aprende e os processos ou formas de aprendizagem é que a didática pode formular princípios, indicar normas convenientes de ensino, sugerir meios adequados para uma orientação realmente eficiente da aprendizagem.

Do ponto de vista psicológico, os determinantes mais significativos no campo educacional, estão relacionados as diferenças de personalidade, quer no aspecto de diferenças de inteligência, quer nas diferenças estruturais de própria personalidade.

Caso o professor deseje ser um educador e não apenas um instrutor, sua tarefa se centralizará no aluno e para tal, é indispensável o seu conhecimento. De maneira geral, as contribuições da escola no desenvolvimento da personalidade podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

- Atividades de grupo dão aos alunos a oportunidade de contribuir e de se sentirem aprovados;
- O sociograma pode auxiliar o professor a colocar um aluno junto aquele de quem gosta, dando-lhe apoio emocional;
- O professor pode diminuir a competição;
- Unidades de programas voltadas para problemas de relações sociais ajudam os alunos inibidos e inexperientes a saber como prosseguir;
- Como lidar com as diferenças individuais;
- Permitir que o aluno discuta suas hipóteses e orientá-lo para a escolha de soluções que levem ao desenvolvimento harmonioso de sua personalidade.

É preciso lembrar, no entanto, que a aprendizagem é um processo que ocorre no aluno, é um processo pessoal, logo, se não conhecemos este aluno e a maneira como este processo se desenvolve, não pode haver ensino eficiente, com economia de tempo e esforço e elevação na produtividade.

Daí o fato de se enfatizar o “como se aprende” o “onde se passa esta aprendizagem”. Os produtos da aprendizagem serão consequências e não causa do ensino. Há necessidade de o professor conhecer o seu aluno como um todo, para que a aprendizagem valorize o aluno como centro de ensino.

As situações de classe são extremamente complexas e é tarefa do psicólogo analisá-las e tratar de compreender não só os princípios de aprendizagem, mas as motivações que as determinam. Seria interessante que o professor levasse o aluno a perceber que ele próprio é um estímulo.

Sara Pain afirma que só aprendo quando alguém primeiro me olha, reconhece-me como sujeito desejante e depois se volta para o conhecimento. Quando o professor dirigir o seu olhar para o conhecimento, o olhar de quem vai aprender também se volta para lá.

O primeiro passo para que alguém aprenda é que ele seja reconhecido por um outro, do ponto de vista da identidade pessoal e da possibilidade de interação cognitiva. Esses dois, quem aprende e quem ensina, visam a explicar a realidade, explicar para transformá-la. Mas a realidade não é atingida diretamente pelo aluno com o professor.

Entre eles, há sistemas de valores, uma cultura, uma rede de significados. O professor e o aluno só vão abordar da realidade aquilo que é considerado como valor; esse sistema de valores é que determina a ciência. Além disso, o trânsito entre o sujeito epistêmico desejante e a realidade se faz através da linguagem.

A linguagem é o veículo da aprendizagem. A linguagem, tanto das palavras, quanto a linguagem de percepção e a linguagem dos

movimentos.

As relações entre a Psicologia e a Educação, não são relações de uma ciência normativa e de uma ciência ou de uma arte aplicadas. Isto é, não cabe à Psicologia normatizar a ação pedagógica e nem é a ação pedagógica uma aplicação da Psicologia. A Psicologia deve, antes, compreender as condições e motivos que constituem a conduta do indivíduo na instituição escolar em sua especificidade.

Para conhecer a criança, diz-nos Wallon (1975, p. 20), é “indispensável observá-la nos seus diferentes campos e nos diferentes exercícios de sua atividade quotidiana e na escola em particular”.

Continua Wallon (1975, p. 48), muitas das inaptidões dos alunos se devem a uma ruptura na cadeia dos significados, cabendo ao professor identificar quais as categorias de pensamento que faltam à criança e encaminhar sua ação no sentido de criá-las.

O estudo da Psicologia Educacional não se destina a proporcionar fórmulas de comportamento ou receitas específicas para males pedagógicos. É mais realístico esperar que ele permita melhores perspectivas sobre os processos psicológicos implicados na educação. A psicologia educacional proporciona ao professor um esquema de referências que lhe permitem exercer suas funções mais adequadamente.

— Fundamentos Filosóficos

Para educarmos os homens de um modo sensato e esclarecido, convém saber no que queremos que eles se tornem quando os educamos. E para sabê-lo é necessário indagar para que vivem os homens - ou seja, investigar qual pode ser a finalidade da vida e o que ela deve ser.

Portanto, devemos inquirir sobre a natureza do mundo e os limites que este fixa para o que o homem pode saber e fazer. A natureza humana, a boa vida e o lugar do homem no esquema das coisas estão entre os tópicos perenes de Filosofia.

Refletindo sobre o significado da educação para a vida humana, teremos de, mais cedo ou mais tarde, considerar filosoficamente a educação. O que é, pois, a Filosofia e qual a sua contribuição para a educação?

A Filosofia é a tentativa para pensar do modo mais genérico e sistemático em tudo o que existe no universo, no “todo da realidade”. Aí, temos a Filosofia como especulação - seu aspecto contemplativo e conjetural.

Outros dois aspectos são prescritivo e o crítico. O primeiro quando recomenda (prescreve) valores e ideias. Examina o que entendemos por bom e mau, certo e errado, belo e feio. Analisa se essas qualidades são inerentes às próprias coisas ou se são, simplesmente, projeções das nossas próprias mentes.

O outro aspecto concerne a crítica e à análise. O filósofo aí, analisa conceitos tais como mente, eu e causa - e, na educação, motivação, adaptação e interesse a fim de descobrir seu significado em diferentes contextos.

• Aplicações da Filosofia à Educação

Como a Filosofia Formal se relaciona com a educação e a Filosofia Educacional? Como as diversas categorias da Filosofia Formal podem ser úteis ao pensamento que se dedica a questões educacionais? Para isto, teremos que considerar o significado de Educação.

A educação pode ser considerada em dois sentidos: um lato, o outro técnico. Em sua acepção lata, a educação diz respeito a qualquer ato ou experiência que tenha um efeito formativo sobre a mente, o caráter ou a capacidade física de um indivíduo. Neste sen-

tido, a educação nunca termina; verdadeiramente, “aprendemos pela experiência” ao longo de nossa vida.

Todas as espécies de experiência podem ser educativas - desde a leitura de um livro até uma viagem ao estrangeiro, desde as opiniões das pessoas nossas conhecidas até a possibilidade de surpreendermos um comentário, no burburinho de um bar. Na sua acepção técnica, a educação é o processo pelo qual a sociedade, por intermédio de escolas, ginásios, colégios, universidades e outras instituições, deliberadamente transmite sua herança cultural - seus conhecimentos, valores e dotes acumulados - de uma geração para outra.

Devemos igualmente distinguir entre educação como um produto e como um processo. Como um produto, a educação é o que recebemos através da instrução ou aprendizagem - os conhecimentos, ideais e técnicas que nos ensinam. Como processo, a educação é o ato de educar alguém ou de nos educarmos.

Examinemos agora as definições de educação por três especialistas, as quais diferem mutuamente e também da que por nós foi proposta. Herman Horne, um idealista, escreve: “A educação é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifestou no meio intelectual, emocional e volitivo do homem”.

John Dewey, um pragmático, declara: “A educação pode ser definida como um processo de contínua reconstrução da experiência, com o propósito de ampliar e aprofundar o seu conteúdo social, enquanto, ao mesmo tempo, o indivíduo ganha o controle dos métodos envolvidos”.

De acordo com o Papa Pio XI: “A educação consiste, essencialmente, em preparar o homem para o que deve ser e para o que deve fazer aqui na Terra, a fim de atingir o fim sublime para que foi criado”.

O assunto da educação é o homem global e inteiro, alma unida ao corpo em unidade da natureza, com todas as suas faculdades naturais e sobrenaturais, tal como a razão justa e a revelação lhe mostraram que fosse

Assim, diferentes Filosofias fornecem diferentes definições da educação. Qual é a natureza da Filosofia educacional que toma possíveis semelhantes diferenças?

• O Âmbito da Filosofia Educacional

Assim como a Filosofia geral procura entender a realidade como um todo, explicando-a da maneira mais genérica e sistemática, assim a Filosofia educacional procura também compreender a educação, na sua integridade, interpretando-a por meio de conceitos gerais suscetíveis de orientarem a escolha de objetivos e diretrizes educativas. Do mesmo modo que a Filosofia geral coordena as descobertas e conclusões das diversas ciências, a Filosofia educacional interpreta-as na medida em que se relacionem com a educação.

As teorias científicas não comportam em si mesmas inequívocas implicações educacionais; não podem ser aplicadas diretamente. Um motivo para isso é que os cientistas nem sempre concordam entre si sobre o que constitui um conhecimento definitivo. Não existe, por exemplo, uma teoria de aprendizagem geralmente aceita.

Outro motivo é que, ao selecionar objetivos e diretrizes educativas, temos de formular juízos de valor, de decidir, entre uma quantidade de fins e meios possíveis, quais os que deveremos adotar. Como já vimos, a ciência não pode tomar por nós tais decisões, se bem que possa fornecer muitos dos fatos em que as nossas decisões se baseiam. Esses juízos têm de ser elaborados dentro do quadro de uma Filosofia que pessoalmente aceitamos.

A Filosofia educacional depende da Filosofia formal porque quase todos os grandes problemas da educação são, no fundo, problemas filosóficos. Não podemos criticar os ideais e as diretrizes educacionais existentes, nem sugerir novos, sem atendermos a problemas filosóficos de ordem geral, tais como a natureza do próprio homem, que é um dos alvos da educação; a natureza do próprio homem, porque é o homem que estamos educando; a natureza da sociedade, porque a educação é um processo social; e a natureza da realidade suprema, que todo o conhecimento procura penetrar.

A Filosofia educacional, portanto, envolve a aplicação da Filosofia formal ao campo da educação. Tal como a Filosofia geral, ela é especulativa, prescritiva e crítica ou analítica.

A Filosofia educacional é especulativa quando procura estabelecer teorias da natureza do homem, sociedade e mundo, por meio das quais ordene e interprete os dados conflitantes da pesquisa educacional e das ciências humanas. O filósofo educacional pode estabelecer tais teorias deduzindo-as da Filosofia formal e aplicando-as à educação, ou, então, passando dos problemas particulares da educação para um esquema filosófico capaz de resolvê-los.

Seja qual for o método que siga, permanece o fato de que a educação suscita uma série de problemas que nem ela nem a ciência podem resolver sozinhas, pois são meros exemplos das questões que perenemente se repetem na própria Filosofia.

Uma Filosofia da educação é prescritiva quando especifica os fins a que a educação deve obedecer e os meios gerais que deve usar para atingi-los. Define e explica os fins e os meios existentes do nosso sistema educativo e sugere novos meios e fins para devida consideração.

Para um tal propósito, os “fatos”, mesmo quando definitivos, não podem ser suficientes. Os fatos apenas indicam, com maior ou menor rigor, as consequências de adotarmos certas diretrizes. Não nos dizem se tais orientações são desejáveis ou, sendo desejáveis, se justificam o abandono de outras diretrizes.

Tanto as finalidades da educação como quaisquer de seus meios, excetuando os mais particulares, não podem ser estabelecidos mediante critérios considerados válidos unicamente para a educação, visto que, como disciplina, a educação não pode ficar sozinha. Com efeito, sem recorreremos à Filosofia Política, como poderemos inteligentemente discutir a questão de saber se a escola deve ou não praticar a democracia na administração e no governo dos estudantes? Ou, sem referência à Filosofia Social, como poderemos discutir o problema da instrução individual? Quando o educador escolhe os seus fins, deve fazê-lo não como educador, mas como filósofo.

Uma Filosofia da educação também é analítica e crítica. Nesta acepção, analisa suas próprias teorias especulativas e prescritivas, bem como as teorias que encontra em outras disciplinas.

Examina a racionalidade dos nossos ideais educativos, sua coerência com outros ideais e a parte neles desempenhada pelo pensamento improvisado ou ilusório. Comprova a lógica dos nossos conceitos e sua adequação aos fatos que procuram explicar.

Demonstra as inconsistências existentes em nossas teorias e indica o preciso alcance das teorias que restam, quando as incoerências são removidas. Examina a vasta proliferação de conceitos educacionais especializados. Sobretudo, luta por esclarecer os múltiplos significados diferentes ligados a expressões tão desgastadas como “liberdade”, “adaptação”, “crescimento”, “experiência”, “intereresse” e “maturidade”.

LEGISLAÇÃO

DIREITOS E DEVERES DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Direitos e Deveres dos Servidores Públicos¹

Os direitos do servidor público estão consagrados, em grande parte, na Constituição Federal (arts. 37 a 41); não há impedimento, contudo, para que outros direitos sejam outorgados pelas Constituições Estaduais ou mesmo nas leis ordinárias dos Estados e Municípios.

Os direitos e deveres do servidor público estatutário constam do Estatuto do Servidor que cada unidade da Federação tem competência para estabelecer, ou da CLT, se o regime celetista for o escolhido para reger as relações de emprego. Em qualquer hipótese, deverão ser observadas as normas da Constituição Federal.

Os estatutos promulgados antes da atual Constituição consignam os direitos e deveres do funcionário. A Lei nº 8.112/90, também estabelece em seus artigos os direitos e deveres dos servidores públicos.

Dentre os direitos, incluem-se os concernentes a férias, licenças, vencimento ou remuneração e demais vantagens pecuniárias, assistência, direito de petição, disponibilidade e aposentadoria, alguns deles já analisados no item concernente às normas constitucionais.

Com relação à retribuição pecuniária (direito ao estipêndio), já foi visto que a Emenda Constitucional nº 19/98 introduziu, ao lado do regime de remuneração ou vencimento, o sistema de subsídio. Para estes, o estipêndio compõe-se de uma parcela única, vedado acréscimo de vantagens outras de qualquer espécie. Para os servidores em regime de remuneração, continuam a existir as vantagens pecuniárias acrescidas ao padrão fixado em lei.

A legislação ordinária emprega, com sentidos precisos, os vocábulos vencimento e remuneração, usados indiferentemente na Constituição. Na lei federal, vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei (art. 40 da Lei nº 8.112/90) e remuneração é o vencimento e mais as vantagens pecuniárias atribuídas em lei (art. 41). Provento é a retribuição pecuniária a que faz jus o aposentado. E pensão é o benefício pago aos dependentes do servidor falecido. O vencimento, o subsídio e a remuneração (inclusive as vantagens pecuniárias de qualquer espécie), os proventos e a pensão são definidos em lei (arts. 37, X, 40, § 3º, 61, § 1º, a e d, da Constituição).

Com relação às vantagens pecuniárias, Hely Lopes Meirelles, faz uma classificação que já se tornou clássica; para ele, “vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço (*ex facto temporis*), ou pelo desempenho de funções especiais (*ex facto officii*), ou em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (*propter laborem*), ou, finalmente, em razão de condições pessoais do servidor (*propter personam*). As duas primeiras espécies constituem os adicionais (adicionais de vencimento e adicionais de

função), as duas últimas formam a categoria das gratificações de serviço e gratificações pessoais”. A Lei nº 8.112/90, em seu artigo 49, prevê as vantagens que podem ser pagas ao servidor, incluindo, além dos adicionais e gratificações, também as indenizações, que compreendem a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia (definidos nos artigos subsequentes).

São exemplos de adicionais por tempo de serviço os acréscimos devidos por quinquênio e a sexta parte dos vencimentos, previstos na Constituição paulista (art. 129). Eles aderem ao vencimento e incluem-se nos cálculos dos proventos de aposentadoria.

Os **adicionais de função** são pagos em decorrência da natureza especial da função ou do regime especial de trabalho, como as vantagens de nível universitário e o adicional de dedicação exclusiva. Em regra, também se incorporam aos vencimentos e aos proventos desde que atendidas as condições legais.

A **gratificação de serviço** é retribuição paga em decorrência das condições anormais em que o serviço é prestado. Como exemplo, podem ser citadas as gratificações de representação, de insalubridade, de risco de vida e saúde.

As **gratificações pessoais** correspondem a acréscimos devidos em razão de situações individuais do servidor, como o salário-esposa e o salário-família.

Embora a classificação citada seja útil, até para fins didáticos, o critério distintivo – incorporação dos adicionais aos vencimentos e não incorporação das gratificações – nem sempre é o que decorre da lei; esta é que define as condições em que cada vantagem é devida e calculada e estabelece as hipóteses de incorporação. É frequente a lei determinar que uma gratificação (por exemplo, a de risco de vida e saúde) se incorpore aos vencimentos depois de determinado período de tempo. É evidente, contudo, que, no silêncio da lei, tem-se que entender que a gratificação de serviço somente é devida enquanto perdurarem as condições especiais de sua execução, não havendo infringência ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimento na retirada da vantagem quando o servidor deixa de desempenhar a função que lhe conferiu o acréscimo. As gratificações que não se incorporam não são incluídas nos vencimentos para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria e de pensão dos dependentes.

O princípio da irredutibilidade de vencimentos diz respeito ao padrão de cada cargo, emprego ou função e às vantagens pecuniárias já incorporadas; não abrange as vantagens transitórias, somente devidas em razão de trabalho que está sendo executado em condições especiais; cessado este, suspende-se o pagamento do acréscimo, correspondente ao cargo, emprego ou função.

Os vencimentos do servidor público (empregada a palavra em sentido amplo, para abranger também as vantagens pecuniárias) têm caráter alimentar e, por isso mesmo, não podem ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, consoante artigos 649, IV, 821 e 823 do CPC. Pelo artigo 833, IV, do novo CPC, são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os

¹ Pietro, Maria Sylvia Zanella D. *Direito Administrativo*. (36th edição). Grupo GEN, 2023.

montepios. Pela mesma razão, o artigo 100 da Constituição e o artigo 33 de suas disposições transitórias, ao excluírem os créditos de natureza alimentar do processo especial de execução contra a Fazenda Pública, sempre foram interpretados de modo a incluir, na ressalva, os vencimentos devidos aos servidores públicos. Esse entendimento foi adotado, no Estado de São Paulo, pelo Decreto nº 29.463, de 19-12-88, e pelo artigo 57, § 3º, de sua Constituição. Agora, a matéria constitui objeto de preceito constitucional contido no artigo 100, § 1º-A, da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30/00; ficou expresso que “os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado”.

Ainda com relação aos direitos dos funcionários, é importante lembrar que muitos deles correspondem a benefícios previstos para os integrantes da Previdência Social ou, mais amplamente, da Seguridade Social (que abrange previdência, saúde e assistência).

Com efeito, em relação aos servidores, o Poder Público pode determinar a sua inclusão na previdência social (ressalvados aqueles direitos, como aposentadoria e disponibilidade, que constituem encargos que a Constituição atribui ao Estado) ou assumi-los como encargos próprios. A primeira opção normalmente é utilizada para os servidores contratados pela legislação trabalhista e, a segunda, para os estatutários.

Assim, examinando-se os Estatutos funcionais, normalmente, encontram-se vantagens, como a licença para tratamento de saúde, licença-gestante, licença ao funcionário acidentado ou acometido de doença profissional e auxílio-funeral, entre outras. Na esfera federal, com a Lei nº 8.112/90, essas vantagens passaram a ter caráter previdenciário (art. 185).

Em regra, os mesmos direitos dos trabalhadores da esfera privada se aplicam aos servidores públicos, como:

- Garantia de salário nunca inferior ao mínimo, incluindo aqueles que recebem remuneração variável;
- Décimo terceiro salário;
- Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;
- Remuneração das horas extras em no mínimo 50% a mais da hora normal;
- Salário família para os dependentes;
- Jornada de trabalho não superior a 8 horas diária e 44 semanais + repouso semanal remunerado;
- Férias anuais remunerada com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 a 180 dias;
- Licença paternidade, nos termos fixados em lei;
- Proteção do mercado de trabalho da mulher;
- Redução de riscos inerentes ao trabalho;
- Proibição de diferença de salários, idade, cor ou estado civil.
- No entanto, em todos esses direitos, é crucial verificar a lei que se aplica a você, porque a lei é diferente para servidor federal, estadual ou municipal.

Deveres dos Servidores Públicos

Os deveres dos servidores públicos vêm normalmente previstos nas leis estatutárias, abrangendo, entre outros, os de assiduidade, pontualidade, discricção, urbanidade, obediência, lealdade. O descumprimento dos deveres enseja punição disciplinar.

Os deveres a serem abordados são: **dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade e dever de prestar contas.**

O **dever de agir** se refere à obrigação do administrador público de se desincumbir no tempo próprio das atribuições inerentes a cargo, função ou emprego público de que é titular. Tais atribuições devem ser exercidas em sua plenitude e no momento legal. Sua omissão sujeita o agente público a punições de ordens administrativa e penal (conculusão e prevaricação).

O **dever de eficiência** traz como mandamento ao agente público o rendimento em seu serviço, que deve ser demonstrado de maneira rápida e bem realizada. O serviço deve ser executado de forma que atenda ao interesse coletivo, em tempo hábil, e sem deixar de lado a qualidade.

O **dever de probidade** impõe ao agente público o desempenho de suas atribuições de forma que indique atitudes retas, leais, justas e honestas, características próprias da integridade de caráter do ser humano. O administrador deve buscar sempre o melhor para a Administração Pública. É elemento essencial para legitimar os atos do administrador público. O art. 37, § 4º, da Constituição Federal preceitua que os atos de improbidade administrativa importarão suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário na forma da lei.

O **dever de prestar contas** se refere à própria gestão de bens, direitos e serviços alheios. Portanto, não foge ao administrador público a responsabilidade de prestar contas de sua atuação na gestão do patrimônio público, não se restringindo apenas aos atos de natureza econômico-financeira, mas também aos planos de governo.

Os regimes jurídicos modernos impõem uma série de deveres aos servidores públicos como requisitos para o bom desempenho de seus encargos e regular funcionamento dos serviços públicos. A Lei de Improbidade Administrativa, de natureza nacional, diz que constituem ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. (Lei 8.429/92, art. 10 cap), as quais, para serem punidas, pressupõem que o agente as pratique com a consciência da ilicitude, isto é, dolosamente.

O dever de lealdade exige do servidor maior dedicação ao serviço e o integral respeito às leis e as instituições.

O dever de obediência impõe ao servidor o acatamento às ordens legais de seus superiores e sua fiel execução.

Dever de conduta ética decorre do princípio constitucional da moralidade administrativa e impõem ao servidor de jamais desprezar o elemento ético de sua conduta.

Dever de eficiência, conforme acima explanado, decorre do inciso LXXVIII do art. 5º da CF, acrescentado pela EC 45/2004.

Outros deveres são comumente especificados nos estatutos, procurando adequar a conduta do servidor. O servidor, por estar submetido à hierarquia administrativa, deve atuar segundo os padrões legais e éticos impostos, estabelecendo a Lei 8.112/1990 um rol, meramente exemplificativo, de deveres impostos aos agentes públicos. Vejamos:

- A) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- B) Ser leal às instituições a que servir.
- C) Observar as normas legais e regulamentares.
- D) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- E) Atender com presteza: ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; às requisições para a defesa da fazenda pública.
- F) Levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- G) Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
- H) Guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- I) Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.
- J) Ser assíduo e pontual ao serviço.
- K) Tratar com urbanidade as pessoas.
- L) Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder: a representação será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

ATIVIDADES ESPECÍFICAS TEÓRICAS INERENTES AO CARGO

ATIVIDADES ESPECÍFICAS TEÓRICAS INERENTES AO CARGO

— Introdução

A educação infantil é uma fase crucial no desenvolvimento das crianças, abrangendo desde o nascimento até os seis anos de idade. É nesse período que as crianças começam a construir a base para o aprendizado contínuo, desenvolvendo habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais que serão fundamentais para o seu futuro. A importância da educação infantil vai além da simples aquisição de conhecimentos; ela é essencial para a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

O Papel do Professor de Educação Infantil

O professor de educação infantil desempenha um papel vital nesse processo, sendo o facilitador e mediador do aprendizado das crianças. Em uma zona urbana, onde a diversidade cultural e social é muitas vezes maior, o papel do professor torna-se ainda mais desafiador e significativo. Ele precisa estar preparado para lidar com diferentes contextos familiares, econômicos e culturais, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Os professores de educação infantil são responsáveis por criar um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante, onde as crianças se sintam acolhidas e motivadas a explorar o mundo ao seu redor. Além disso, eles devem promover o desenvolvimento integral das crianças, considerando todos os aspectos de seu crescimento.

— Planejamento e Organização Curricular

Elaboração do Plano de Aula

O planejamento de aula é uma atividade fundamental para o professor de educação infantil. Ele permite que o docente organize suas ações pedagógicas de forma estruturada e alinhada aos objetivos educacionais. No contexto da educação infantil, esse planejamento deve ser flexível e adaptável às necessidades das crianças, permitindo ajustes conforme a evolução do grupo e de cada aluno em particular.

O plano de aula deve incluir:

- **Objetivos Educacionais:** Definição clara do que se espera que as crianças aprendam em termos de habilidades, conhecimentos e atitudes.
- **Conteúdos:** Seleção dos conteúdos que serão abordados, sempre respeitando a faixa etária e o desenvolvimento cognitivo das crianças.
- **Atividades e Estratégias Pedagógicas:** Detalhamento das atividades lúdicas e interativas que serão utilizadas para ensinar os conteúdos, promovendo o engajamento e a participação ativa dos alunos.
- **Recursos Didáticos:** Identificação dos materiais e recursos necessários para a execução das atividades, como brinquedos educativos, livros, materiais artísticos, entre outros.
- **Avaliação:** Métodos e critérios que serão usados para avaliar o progresso das crianças, considerando tanto aspectos individuais quanto coletivos.

Adequação dos Conteúdos às Faixas Etárias

Na educação infantil, é essencial que os conteúdos sejam adequados às faixas etárias das crianças, respeitando seu desenvolvimento cognitivo, emocional e motor. O professor deve conhecer as características e necessidades específicas de cada fase do desenvolvimento infantil para elaborar atividades que sejam desafiadoras, mas acessíveis.

- **Primeira Infância (0-3 anos):** Nessa fase, as atividades devem focar no desenvolvimento sensorial e motor, além de promover a socialização inicial. Brincadeiras de exploração, músicas, contação de histórias e jogos sensoriais são altamente recomendados.
- **Segunda Infância (4-6 anos):** Aqui, as crianças já têm maior capacidade de concentração e interação social. As atividades podem incluir jogos de cooperação, desafios cognitivos simples, atividades artísticas mais elaboradas e introdução a conceitos básicos de linguagem e matemática.

Organização do Espaço Físico e do Tempo

A organização do espaço físico da sala de aula também é uma parte crucial do planejamento curricular. Um ambiente bem planejado pode estimular o aprendizado e o desenvolvimento das crianças de maneira significativa.

- **Espaços de Aprendizagem:** Criação de áreas distintas para diferentes atividades, como canto de leitura, área de jogos, espaço para atividades artísticas e área de descanso.
- **Rotina Diária:** Estabelecimento de uma rotina clara e previsível que ajude as crianças a se sentirem seguras e a desenvolverem hábitos saudáveis. A rotina deve incluir momentos de atividades dirigidas, brincadeiras livres, refeições e descanso.

Considerações sobre a Diversidade Cultural e Social

Em uma zona urbana, a diversidade cultural e social é uma característica marcante. O planejamento curricular deve considerar essa diversidade como uma riqueza a ser explorada. O professor pode incluir atividades que valorizem as diferentes culturas presentes na turma, promovendo o respeito e a inclusão desde a infância.

- **Atividades Culturais:** Introdução de músicas, histórias e celebrações de diferentes culturas.

- **Participação da Comunidade:** Envolvimento dos pais e da comunidade nas atividades escolares, promovendo uma maior integração entre escola e família.

A elaboração e a organização curricular na educação infantil exigem um olhar atento e cuidadoso por parte do professor. Ele deve ser capaz de planejar e adaptar suas práticas pedagógicas para oferecer um ambiente de aprendizado rico, acolhedor e inclusivo, onde cada criança possa desenvolver seu potencial máximo.

— Metodologias de Ensino

Métodos Lúdicos e Interativos

No contexto da educação infantil, as metodologias de ensino precisam ser centradas em abordagens lúdicas e interativas que incentivem o aprendizado através da brincadeira e da exploração. A ludicidade é um componente essencial para engajar as crianças, facilitando a assimilação de conceitos de maneira natural e prazerosa.

- **Jogos e Brincadeiras:** Jogos educativos, brincadeiras de faz-de-conta, atividades físicas e jogos de regras simples são fundamentais. Eles ajudam no desenvolvimento cognitivo, social e motor das crianças. Exemplos incluem jogos de memória, quebra-cabeças, brincadeiras de esconde-esconde e atividades com blocos de construção.

- **Atividades Artísticas:** Pintura, desenho, modelagem com argila, música e dança são ferramentas poderosas para expressar criatividade e emoções. Essas atividades também ajudam no desenvolvimento da coordenação motora fina e da percepção estética.

- **Contação de Histórias:** A narrativa de histórias permite que as crianças desenvolvam a imaginação, ampliem o vocabulário e compreendam melhor o mundo ao seu redor. Contar histórias com fantoches, livros ilustrados e encenações dramáticas pode tornar essa experiência ainda mais rica.

Abordagens Pedagógicas Contemporâneas

Diversas abordagens pedagógicas contemporâneas têm sido adotadas para a educação infantil, cada uma com suas particularidades e benefícios. Aqui estão algumas das principais:

- **Pedagogia de Projetos:** Essa abordagem envolve a organização do ensino em torno de projetos temáticos que partem dos interesses das crianças. Por exemplo, um projeto sobre “os animais” pode incluir visitas ao zoológico, pesquisas em livros, desenhos de animais e dramatizações. Esse método promove o aprendizado interdisciplinar e contextualizado.

- **Montessori:** A metodologia Montessori enfatiza a autonomia e a autoaprendizagem, oferecendo às crianças um ambiente preparado com materiais didáticos específicos. As crianças são incentivadas a explorar livremente e aprender no seu próprio ritmo, desenvolvendo habilidades motoras e cognitivas de forma independente.

- **Reggio Emilia:** Originada na Itália, essa abordagem valoriza a expressão simbólica e a co-construção do conhecimento. Os professores atuam como facilitadores e observadores, documentando o progresso das crianças e promovendo atividades que refletem seus interesses e curiosidades.

- **Waldorf:** Desenvolvida por Rudolf Steiner, a pedagogia Waldorf foca no desenvolvimento holístico da criança, integrando arte, música, movimento e atividades práticas. A rotina é cuidadosamente estruturada para respeitar os ritmos naturais das crianças, com ênfase na criação de um ambiente acolhedor e seguro.

Integração da Tecnologia

A tecnologia pode ser uma aliada poderosa na educação infantil, desde que utilizada de forma equilibrada e apropriada para a idade das crianças.

- **Ferramentas Digitais:** Softwares educativos, aplicativos interativos e tablets podem ser usados para complementar o ensino, oferecendo atividades lúdicas que desenvolvem habilidades matemáticas, de leitura e até mesmo programação básica.

- **Recursos Audiovisuais:** Vídeos educativos, músicas e histórias digitais são recursos que podem enriquecer o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e envolvente.

- **Cuidados com a Exposição:** É crucial que o uso da tecnologia seja monitorado para evitar a exposição excessiva e garantir que os conteúdos sejam adequados e seguros.

Aprendizagem Baseada em Experiências

A aprendizagem baseada em experiências práticas é uma metodologia eficaz na educação infantil. Ela permite que as crianças aprendam através da experimentação direta, tornando o aprendizado mais significativo e duradouro.

- **Exploração da Natureza:** Atividades ao ar livre, jardinagem e estudos sobre o meio ambiente ajudam as crianças a desenvolverem uma conexão com a natureza e a compreenderem conceitos de ciência de forma prática.

- **Cozinha e Artesanato:** Preparar receitas simples, fazer artesanato e participar de atividades manuais ajudam a desenvolver habilidades motoras e a compreensão de processos sequenciais.

- **Experimentos Científicos:** Pequenos experimentos, como plantar sementes ou misturar cores, incentivam a curiosidade científica e o pensamento crítico desde cedo.

Colaboração e Aprendizado em Grupo

O aprendizado colaborativo é essencial para desenvolver habilidades sociais e emocionais nas crianças. Trabalhar em grupo ensina valores importantes como a cooperação, o respeito mútuo e a resolução de conflitos.

- **Atividades Cooperativas:** Jogos em equipe, projetos coletivos e dinâmicas de grupo são fundamentais para ensinar a importância do trabalho em conjunto e a valorização das contribuições de cada um.

- **Círculos de Conversa:** Momentos em que as crianças se reúnem para discutir temas, compartilhar experiências e ouvir umas às outras ajudam a desenvolver habilidades de comunicação e empatia.

RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

ANÁLISE COMBINATÓRIA

A **Análise Combinatória** é a parte da Matemática que desenvolve meios para trabalharmos com problemas de contagem. Vejamos eles:

Princípio fundamental de contagem (PFC)

É o total de possibilidades de o evento ocorrer.

- **Princípio multiplicativo:** $P_1 \cdot P_2 \cdot P_3 \cdot \dots \cdot P_n$. (regra do "e"). É um princípio utilizado em sucessão de escolha, como ordem.
- **Princípio aditivo:** $P_1 + P_2 + P_3 + \dots + P_n$. (regra do "ou"). É o princípio utilizado quando podemos escolher uma coisa ou outra.

Exemplos:

(BNB) Apesar de todos os caminhos levarem a Roma, eles passam por diversos lugares antes. Considerando-se que existem três caminhos a seguir quando se deseja ir da cidade A para a cidade B, e que existem mais cinco opções da cidade B para Roma, qual a quantidade de caminhos que se pode tomar para ir de A até Roma, passando necessariamente por B?

- (A) Oito.
- (B) Dez.
- (C) Quinze.
- (D) Dezesesseis.
- (E) Vinte.

Resolução:

Observe que temos uma sucessão de escolhas: Primeiro, de A para B e depois de B para Roma.
1ª possibilidade: 3 (A para B).

Obs.: o número 3 representa a quantidade de escolhas para a primeira opção.

2ª possibilidade: 5 (B para Roma).

Temos duas possibilidades: A para B depois B para Roma, logo, uma sucessão de escolhas.

Resultado: $3 \cdot 5 = 15$ possibilidades.

Resposta: C.

(PREF. CHAPECÓ/SC – ENGENHEIRO DE TRÂNSITO – IOBV) Em um restaurante os clientes têm a sua disposição, 6 tipos de carnes, 4 tipos de cereais, 4 tipos de sobremesas e 5 tipos de sucos. Se o cliente quiser pedir 1 tipo carne, 1 tipo de cereal, 1 tipo de sobremesa e 1 tipo de suco, então o número de opções diferentes com que ele poderia fazer o seu pedido, é:

- (A) 19
- (B) 480
- (C) 420
- (D) 90

Resolução:

A questão trata-se de princípio fundamental da contagem, logo vamos enumerar todas as possibilidades de fazermos o pedido:

$6 \times 4 \times 4 \times 5 = 480$ maneiras.

Resposta: B.

Fatorial

Sendo n um número natural, chama-se de $n!$ (lê-se: n fatorial) a expressão:

$n! = n \cdot (n - 1) \cdot (n - 2) \cdot (n - 3) \cdot \dots \cdot 2 \cdot 1$, como $n \geq 2$.

Exemplos:

$5! = 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 120$.

$7! = 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 5.040$.

ATENÇÃO

0! = 1

1! = 1

Tenha cuidado 2! = 2, pois 2 . 1 = 2. E 3!

Não é igual a 3, pois 3 . 2 . 1 = 6.

Arranjo simples

Arranjo simples de n elementos tomados p a p , onde $n \geq 1$ e p é um número natural, é qualquer ordenação de p elementos dentre os n elementos, em que cada maneira de tomar os elementos se diferenciam pela ordem e natureza dos elementos.

Atenção: Observe que no grupo dos elementos: $\{1,2,3\}$ um dos arranjos formados, com três elementos, 123 é DIFERENTE de 321, e assim sucessivamente.

• Sem repetição

A fórmula para cálculo de arranjo simples é dada por:

$$A_{np} = \frac{n!}{(n-p)!}$$

Onde:

n = Quantidade total de elementos no conjunto.

p = Quantidade de elementos por arranjo

Exemplo: Uma escola possui 18 professores. Entre eles, serão escolhidos: um diretor, um vice-diretor e um coordenador pedagógico. Quantas as possibilidades de escolha?

$n = 18$ (professores)

$p = 3$ (cargos de diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico)

$$A_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!} \rightarrow A_{18,3} = \frac{18!}{(18-3)!} = \frac{18!}{15!} = \frac{18 \cdot 17 \cdot 16 \cdot 15!}{15!} = 4896 \text{ grupos}$$

• **Com repetição**

Os elementos que compõem o conjunto podem aparecer repetidos em um agrupamento, ou seja, ocorre a repetição de um mesmo elemento em um agrupamento.

A fórmula geral para o arranjo com repetição é representada por:

$$A_{(n,p)} = n^p$$

Exemplo: Seja P um conjunto com elementos: P = {A,B,C,D}, tomando os agrupamentos de dois em dois, considerando o arranjo com repetição quantos agrupamentos podemos obter em relação ao conjunto P.

Resolução:

$$P = \{A, B, C, D\}$$

$$n = 4$$

$$p = 2$$

$$A_{(n,p)} = n^p$$

$$A_{(4,2)} = 4^2 = 16$$

Permutação

É a **TROCA DE POSIÇÃO** de elementos de uma sequência. Utilizamos todos os elementos.

• **Sem repetição**

$$P_n = n!$$

Atenção: Todas as questões de permutação simples podem ser resolvidas pelo princípio fundamental de contagem (PFC).

Exemplo:

(PREF. LAGOA DA CONFUSÃO/TO – ORIENTADOR SOCIAL – IDECAN) Renato é mais velho que Jorge de forma que a razão entre o número de anagramas de seus nomes representa a diferença entre suas idades. Se Jorge tem 20 anos, a idade de Renato é

- (A) 24.
- (B) 25.
- (C) 26.
- (D) 27.
- (E) 28.

Resolução:

Anagramas de RENATO

$$\frac{6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1}{1} = 720$$

Anagramas de JORGE

$$\frac{5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1}{1} = 120$$

Razão dos anagramas: $720/120=6$

Se Jorge tem 20 anos, Renato tem $20+6=26$ anos.

Resposta: C.

• **Com repetição**

Na permutação com elementos repetidos ocorrem permutações que não mudam o elemento, pois existe troca de elementos iguais. Por isso, o uso da fórmula é fundamental.

$$P_n^{(\alpha, \beta, \dots, \gamma)} = \frac{n!}{\alpha! \beta! \dots \gamma!}$$

Exemplo:

(CESPE) Considere que um decorador deva usar 7 faixas coloridas de dimensões iguais, pendurando-as verticalmente na vitrine de uma loja para produzir diversas formas. Nessa situação, se 3 faixas são verdes e indistinguíveis, 3 faixas são amarelas e indistinguíveis e 1 faixa é branca, esse decorador conseguirá produzir, no máximo, 140 formas diferentes com essas faixas.

() Certo

() Errado

Resolução:

Total: 7 faixas, sendo 3 verdes e 3 amarelas.

$$P_7^{3,3} = \frac{7!}{3! 3!} = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3!}{3! \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1} = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4}{6} = \frac{840}{6} = 140.$$

Resposta: Certo.

• **Circular**

A permutação circular é formada por pessoas em um formato circular. A fórmula é necessária, pois existem algumas permutações realizadas que são iguais. Usamos sempre quando:

- a) Pessoas estão em um formato circular.
- b) Pessoas estão sentadas em uma mesa quadrada (retangular) de 4 lugares.

$$P_c = \frac{n!}{n} \text{ ou } (n-1)!$$

Exemplo:

(CESPE) Uma mesa circular tem seus 6 lugares, que serão ocupados pelos 6 participantes de uma reunião. Nessa situação, o número de formas diferentes para se ocupar esses lugares com os participantes da reunião é superior a 102.

() Certo

() Errado

Resolução:

É um caso clássico de permutação circular.

$$P_c = (6-1)! = 5! = 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 120 \text{ possibilidades.}$$

Resposta: CERTO.

Combinação

Combinação é uma escolha de um grupo, SEM LEVAR EM CONSIDERAÇÃO a ordem dos elementos envolvidos.

• **Sem repetição**

Dados n elementos distintos, chama-se de combinação simples desses n elementos, tomados p a p , a qualquer agrupamento de p elementos distintos, escolhidos entre os n elementos dados e que diferem entre si pela natureza de seus elementos.

Fórmula:

$$C_{n,p} = \frac{n!}{p!(n-p)!}, \text{ com } n \geq p$$

Exemplo:

(CRQ 2ª REGIÃO/MG – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – FUNDEP) Com 12 fiscais, deve-se fazer um grupo de trabalho com 3 deles. Como esse grupo deverá ter um coordenador, que pode ser qualquer um deles, o número de maneiras distintas possíveis de se fazer esse grupo é:

- (A) 4
- (B) 660
- (C) 1 320
- (D) 3 960

Resolução:

Como trata-se de Combinação, usamos a fórmula:

$$C_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!p!}$$

Onde $n = 12$ e $p = 3$

$$C_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!p!} \rightarrow C_{12,3} = \frac{12!}{(12-3)!3!} = \frac{12!}{9!3!} = \frac{12 \cdot 11 \cdot 10 \cdot 9!}{9!3!} = \frac{1320}{3 \cdot 2 \cdot 1} = \frac{1320}{6} = 220$$

Como cada um deles pode ser o coordenado, e no grupo tem 3 pessoas, logo temos $220 \times 3 = 660$.

Resposta: B.

As questões que envolvem combinação estão relacionadas a duas coisas:

- Escolha de um grupo ou comissões.
- Escolha de grupo de elementos, sem ordem, ou seja, escolha de grupo de pessoas, coisas, objetos ou frutas.

• **Com repetição**

É uma escolha de grupos, sem ordem, porém, podemos repetir elementos na hora de escolher.

$$CR_{n,p} = C_{n+p-1,p}$$

Exemplo:

Em uma combinação com repetição classe 2 do conjunto $\{a, b, c\}$, quantas combinações obtemos?

Utilizando a fórmula da combinação com repetição, verificamos o mesmo resultado sem necessidade de enumerar todas as possibilidades:

$n = 3$ e $p = 2$

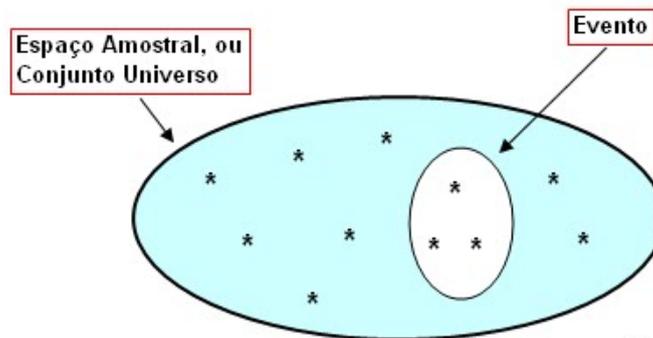
$$CR_{n,p} = C_{n+p-1,p} \rightarrow CR_{3+2-1,2} \rightarrow CR_{4,2} = \frac{4!}{2!(4-2)!} = \frac{4!}{2!2!} = \frac{4 \cdot 3 \cdot 2!}{2!2!} = \frac{12}{2} = 6$$

PROBABILIDADE

A teoria da probabilidade permite que se calcule a chance de ocorrência de um número em um experimento aleatório.

Elementos da teoria das probabilidades

- **Experimentos aleatórios:** fenômenos que apresentam resultados imprevisíveis quando repetidos, mesmo que as condições sejam semelhantes.
- **Espaço amostral:** é o conjunto U, de todos os resultados possíveis de um experimento aleatório.
- **Evento:** qualquer subconjunto de um espaço amostral, ou seja, qualquer que seja $E \subseteq U$, onde E é o evento e U, o espaço amostral.



Experimento composto

Quando temos dois ou mais experimentos realizados simultaneamente, dizemos que o experimento é composto. Nesse caso, o número de elementos do espaço amostral é dado pelo produto dos números de elementos dos espaços amostrais de cada experimento.

$$n(U) = n(U_1) \cdot n(U_2)$$

Probabilidade de um evento

Em um espaço amostral U, equiprobabilístico (com elementos que têm chances iguais de ocorrer), com n(U) elementos, o evento E, com n(E) elementos, onde $E \subseteq U$, a probabilidade de ocorrer o evento E, denotado por p(E), é o número real, tal que:

$$P(E) = \frac{n(E)}{n(S)}$$

Onde,

n(E) = número de elementos do evento E.

n(S) = número de elementos do espaço amostral S.

Sendo $0 \leq P(E) \leq 1$ e S um **conjunto equiprovável**, ou seja, **todos os elementos têm a mesma “chance de acontecer**.

ATENÇÃO:

As probabilidades podem ser escritas na forma decimal ou representadas em porcentagem.

Assim: $0 \leq p(E) \leq 1$, onde:

$p(\emptyset) = 0$ ou $p(\emptyset) = 0\%$

$p(U) = 1$ ou $p(U) = 100\%$

Exemplo:

(PREF. NITERÓI – AGENTE FAZENDÁRIO – FGV) O quadro a seguir mostra a distribuição das idades dos funcionários de certa repartição pública:

FAIXA DE IDADES (ANOS)	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
20 ou menos	2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Infantil - Zona Urbana

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (FÍSICO, SOCIAL, COGNITIVO E AFETIVO)

O desenvolvimento da criança é um processo complexo e multifacetado que envolve mudanças em diversas dimensões: física, social, cognitiva e afetiva. Compreender esses aspectos é crucial para pais, educadores e profissionais da saúde, pois permite uma abordagem mais integrada e eficaz no que diz respeito à educação e bem-estar da criança. Vamos explorar cada uma dessas dimensões:

Desenvolvimento Físico

O desenvolvimento físico é talvez o mais visível, principalmente nos primeiros anos de vida. Envolve não apenas o crescimento em altura e peso, mas também a maturação de órgãos e sistemas. Aspectos como a coordenação motora (fina e grossa), destreza e habilidades físicas também fazem parte deste âmbito. Um desenvolvimento físico adequado é fundamental para que a criança explore o mundo à sua volta, algo que está intimamente ligado aos outros tipos de desenvolvimento.

Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social envolve a habilidade da criança de interagir com as pessoas e o ambiente ao seu redor. Isso inclui a formação de laços afetivos, como o apego aos pais e cuidadores, e também a capacidade de fazer amigos e jogar em equipe. A socialização adequada permite que a criança desenvolva empatia, aprenda a compartilhar e a respeitar regras sociais, que são cruciais para seu bem-estar futuro.

Desenvolvimento Cognitivo

Este é o aspecto relacionado ao desenvolvimento da inteligência, da capacidade de resolver problemas e do pensamento lógico. Está intimamente relacionado com o desempenho acadêmico, mas não se limita a isso. O desenvolvimento cognitivo também envolve a memória, a atenção, a imaginação e a criatividade. Um ambiente estimulante, com acesso a diferentes tipos de aprendizado, pode fazer uma grande diferença nesse aspecto do desenvolvimento.

Desenvolvimento Afetivo

O desenvolvimento afetivo diz respeito às emoções e sentimentos da criança, incluindo seu autoconceito e autoestima. Este aspecto é moldado desde os primeiros anos de vida através das relações de apego com os cuidadores. Uma base afetiva sólida pode ajudar a criança a enfrentar desafios e adversidades, a desenvolver resiliência e a formar relações saudáveis na vida adulta.

Interligações entre os Aspectos

Vale ressaltar que essas dimensões do desenvolvimento estão interligadas e influenciam-se mutuamente. Por exemplo, um desenvolvimento físico inadequado pode afetar a autoestima da crian-

ça (aspecto afetivo) e sua capacidade de socialização. Da mesma forma, problemas na socialização podem afetar o desenvolvimento cognitivo, limitando as oportunidades de aprendizado da criança.

Para um desenvolvimento saudável, é essencial que haja um ambiente favorável em todos esses aspectos. Isso inclui suporte emocional, oportunidades para a atividade física, estímulo cognitivo e interações sociais positivas. Cada criança é única, e entender essa singularidade é fundamental para apoiar seu desenvolvimento de forma integral.

CUIDADOS FÍSICOS COM A CRIANÇA

Cuidar da saúde física de uma criança envolve uma série de práticas e precauções que vão muito além de garantir uma alimentação balanceada e visitas regulares ao pediatra. A intenção é criar um ambiente que seja ao mesmo tempo seguro e propício ao desenvolvimento e à exploração, contribuindo para o bem-estar da criança em todas as suas dimensões. Abaixo estão algumas das áreas mais importantes a considerar:

Alimentação

A alimentação é fundamental para o crescimento e desenvolvimento físico da criança. Uma dieta balanceada, rica em nutrientes, vitaminas e minerais é essencial. Evitar o excesso de alimentos processados, ricos em açúcares e gorduras, é igualmente importante. As necessidades alimentares também variam de acordo com a idade da criança, e é crucial estar atento às recomendações específicas para cada fase.

Sono

Um sono de qualidade é vital para o desenvolvimento físico e cognitivo da criança. A falta de sono pode afetar não só o estado de alerta e a capacidade de concentração, mas também o humor e a saúde em geral. O número de horas de sono necessárias varia de acordo com a idade e outros fatores individuais.

Higiene

Manter uma boa higiene é fundamental para prevenir doenças. Isso inclui banhos regulares, lavagem das mãos, higiene bucal e trocas frequentes de fraldas para os bebês. Ensinar práticas de higiene desde cedo pode ajudar a estabelecer bons hábitos que durarão por toda a vida.

Atividade Física

O exercício físico é crucial para o desenvolvimento motor e para a saúde em geral. Atividades ao ar livre como brincar no parque, andar de bicicleta ou simplesmente correr e explorar são maneiras excelentes de estimular a atividade física. Também contribuem para habilidades sociais, como o trabalho em equipe e a cooperação.

Segurança

Manter um ambiente seguro é uma das responsabilidades mais fundamentais no cuidado com a criança. Isso inclui medidas como proteger tomadas elétricas, armazenar produtos químicos e medicamentos fora do alcance das crianças, e usar dispositivos de segurança em carros e outros meios de transporte.

Visitas Médicas

Check-ups regulares com o pediatra são indispensáveis para monitorar o desenvolvimento físico e identificar possíveis problemas de saúde. Vacinações, exames e outros procedimentos de rotina são parte importante do cuidado físico.

Estímulo Sensorial

A exposição a diferentes texturas, cores e sons pode ser muito benéfica para o desenvolvimento sensorial da criança. Isso é especialmente importante nos primeiros anos de vida, um período crítico para o desenvolvimento do cérebro.

Cuidar da saúde física de uma criança é uma tarefa complexa que requer atenção, conhecimento e um compromisso contínuo. Felizmente, o esforço é recompensado ao ver a criança crescer e se desenvolver de forma saudável, pronta para enfrentar os desafios e oportunidades que a vida lhe reserva.

A RELAÇÃO DO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR E A CRIANÇA

A relação entre o auxiliar de desenvolvimento escolar (ADE) e a criança é fundamental para o desenvolvimento integral e o bem-estar dos alunos no ambiente escolar. O papel do ADE vai além do apoio às atividades pedagógicas, abrangendo também aspectos emocionais, sociais e físicos do desenvolvimento da criança. A construção de uma relação de confiança e respeito mútuo entre o ADE e os alunos é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e propício à aprendizagem.

Papel do Auxiliar de Desenvolvimento Escolar

O auxiliar de desenvolvimento escolar atua como um suporte essencial para os professores, auxiliando na organização e execução das atividades pedagógicas e oferecendo apoio direto aos alunos. Suas responsabilidades incluem ajudar na preparação de materiais didáticos, acompanhar os alunos em atividades externas à sala de aula, como recreios e passeios, e prestar assistência durante atividades que exijam supervisão individualizada, como a realização de tarefas e projetos.

Além dessas funções práticas, o ADE desempenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento emocional e social dos alunos. Ele auxilia na mediação de conflitos, promove a inclusão de alunos com necessidades especiais e contribui para a criação de um ambiente seguro e acolhedor. A presença constante e o apoio do ADE ajudam a criar um clima de confiança e segurança, onde os alunos se sentem valorizados e compreendidos.

Construção de uma Relação de Confiança

A construção de uma relação de confiança entre o ADE e a criança é um processo gradual que requer empatia, paciência e habilidades de comunicação eficazes. O ADE deve demonstrar uma

atitude acolhedora e respeitosa, escutando as preocupações dos alunos e mostrando interesse genuíno por suas experiências e sentimentos. A confiança é construída através de ações consistentes que mostram aos alunos que eles podem contar com o ADE em diversas situações.

A empatia é uma qualidade essencial para o ADE, pois permite compreender e responder adequadamente às necessidades emocionais e sociais dos alunos. Ao demonstrar empatia, o ADE ajuda a validar os sentimentos dos alunos e a criar um ambiente de apoio emocional. Isso é especialmente importante em momentos de dificuldades ou crises, onde o ADE pode oferecer o suporte necessário para ajudar a criança a superar desafios.

Promoção do Desenvolvimento Social e Emocional

O ADE tem um papel significativo na promoção do desenvolvimento social e emocional das crianças. Ele facilita a interação social entre os alunos, promovendo atividades que incentivem a cooperação, o respeito e a resolução de conflitos. O desenvolvimento de habilidades sociais, como a comunicação eficaz, o trabalho em equipe e a empatia, é essencial para o sucesso escolar e a vida em sociedade.

O apoio emocional fornecido pelo ADE ajuda os alunos a desenvolver resiliência e a lidar com situações estressantes de maneira saudável. Ele pode ensinar estratégias de regulação emocional, como técnicas de respiração e meditação, que ajudam os alunos a gerenciar suas emoções e a manter um estado emocional equilibrado. O reconhecimento e a celebração dos esforços e conquistas dos alunos também são práticas importantes que contribuem para a autoestima e a autoconfiança.

Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais

Um dos aspectos mais importantes do papel do ADE é a inclusão de alunos com necessidades especiais. O ADE trabalha em estreita colaboração com professores, terapeutas e outros profissionais para garantir que esses alunos recebam o suporte necessário para participar plenamente das atividades escolares. Isso pode incluir a adaptação de materiais didáticos, a implementação de estratégias de ensino diferenciadas e a assistência direta durante as atividades.

A inclusão eficaz requer uma compreensão profunda das necessidades individuais de cada aluno e a capacidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender a essas necessidades. O ADE deve estar preparado para enfrentar desafios e buscar soluções criativas que promovam a inclusão e a participação ativa de todos os alunos. A formação contínua e a colaboração com outros profissionais são essenciais para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos necessários para promover a inclusão.

Colaboração com Professores e Pais

A colaboração entre o ADE, os professores e os pais é fundamental para o sucesso da educação das crianças. Uma comunicação aberta e eficaz entre esses stakeholders garante que todas as partes estejam alinhadas em relação aos objetivos educacionais e às necessidades dos alunos. O ADE pode atuar como um elo de ligação, facilitando a troca de informações e colaborando na elaboração de estratégias que promovam o desenvolvimento integral da criança.

A participação dos pais no processo educacional é vital, e o ADE pode desempenhar um papel importante na promoção dessa participação. Ele pode organizar reuniões e eventos que incentivem os

pais a se envolverem mais na vida escolar de seus filhos, oferecendo suporte e recursos que ajudem os pais a entender e atender às necessidades educacionais e emocionais das crianças.

A relação entre o auxiliar de desenvolvimento escolar e a criança é uma peça chave para o sucesso educacional e o bem-estar dos alunos. O ADE desempenha um papel multifacetado que abrange desde o apoio às atividades pedagógicas até o suporte emocional e social. A construção de uma relação de confiança, a promoção do desenvolvimento social e emocional, a inclusão de alunos com necessidades especiais e a colaboração com professores e pais são elementos essenciais dessa relação. Com empatia, paciência e habilidades de comunicação eficazes, o ADE pode criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde todas as crianças têm a oportunidade de crescer e aprender de maneira integral.

ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS – LIMITES

O atendimento às necessidades das crianças é uma das responsabilidades mais importantes no contexto educacional e no cuidado infantil. Esse atendimento deve ser abrangente, envolvendo aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos do desenvolvimento. No entanto, é crucial que esse atendimento seja equilibrado com a definição de limites claros e consistentes. Os limites são fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças, ajudando-as a entender as regras sociais, a desenvolver autocontrole e a sentir-se seguras. Este texto explora a importância do atendimento às necessidades das crianças e a definição de limites, destacando estratégias eficazes para alcançar esse equilíbrio.

Importância do Atendimento às Necessidades das Crianças

Atender às necessidades das crianças é essencial para promover seu desenvolvimento integral. Isso envolve garantir que elas tenham acesso a uma nutrição adequada, um ambiente seguro e estimulante, oportunidades de aprendizado e desenvolvimento emocional positivo. As necessidades das crianças podem ser divididas em várias categorias:

1. Físicas: Incluem nutrição adequada, higiene, saúde e segurança. Um ambiente físico seguro e saudável é a base para o desenvolvimento e o bem-estar das crianças.

2. Emocionais: Envolvem o desenvolvimento de um apego seguro com adultos responsáveis, a validação de sentimentos e a construção de uma autoestima positiva. O apoio emocional é crucial para que as crianças se sintam amadas e valorizadas.

3. Sociais: As crianças precisam de oportunidades para interagir com outras pessoas, aprender habilidades sociais e desenvolver empatia e cooperação. O desenvolvimento social é fundamental para o sucesso nas interações ao longo da vida.

4. Cognitivas: Incluem o estímulo ao aprendizado, a curiosidade e o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico. Um ambiente rico em estímulos cognitivos ajuda as crianças a desenvolverem suas capacidades intelectuais.

5. Morais e Éticas: As crianças precisam aprender valores e normas sociais que guiarão seu comportamento. Isso inclui a compreensão da diferença entre certo e errado e o desenvolvimento de um senso de justiça.

A Importância dos Limites

Embora seja essencial atender às necessidades das crianças, é igualmente importante estabelecer limites claros. Os limites ajudam as crianças a entender as expectativas comportamentais, desenvolvem o autocontrole e promovem a segurança. Limites bem definidos fornecem uma estrutura dentro da qual as crianças podem explorar e aprender de forma segura.

1. Segurança: Limites protegem as crianças de perigos físicos e sociais. Eles ajudam a garantir que as crianças não se coloquem em situações prejudiciais.

2. Autocontrole: Através da compreensão e respeito pelos limites, as crianças aprendem a regular suas emoções e comportamentos. Isso é crucial para o desenvolvimento de habilidades de autocontrole e resiliência.

3. Respeito e Empatia: Limites ensinam as crianças a respeitar os outros e a considerar as necessidades e sentimentos alheios. Isso é fundamental para o desenvolvimento de relações saudáveis.

4. Preparação para a Vida: Entender e aceitar limites prepara as crianças para enfrentar as regras e expectativas da sociedade. Isso inclui seguir normas na escola, no trabalho e em outras interações sociais ao longo da vida.

Estratégias para Estabelecer Limites Eficazes

Estabelecer limites de maneira eficaz requer uma abordagem equilibrada, que seja firme, mas também carinhosa e compreensiva. Aqui estão algumas estratégias para estabelecer limites de maneira eficaz:

1. Clareza e Consistência: Os limites devem ser claros e consistentes. As crianças precisam saber exatamente o que é esperado delas e quais são as consequências de ultrapassar esses limites. A consistência é essencial para que as crianças compreendam que as regras são importantes e válidas.

2. Explicação e Comunicação: É importante explicar o motivo dos limites para as crianças, de forma adequada à sua idade. Compreender o “porquê” das regras ajuda as crianças a internalizá-las e a vê-las como justas.

3. Encorajamento e Reforço Positivo: Encorajar o bom comportamento e reforçar positivamente quando as crianças respeitam os limites é tão importante quanto corrigir os comportamentos inadequados. O reforço positivo pode incluir elogios, recompensas e reconhecimento.

4. Modelagem de Comportamento: Os adultos devem ser modelos de comportamento positivo. As crianças aprendem muito observando os adultos ao seu redor, por isso é importante que os cuidadores sigam as mesmas regras e limites que estabelecem.

5. Flexibilidade e Ajuste: À medida que as crianças crescem e se desenvolvem, os limites podem precisar ser ajustados. Flexibilidade é importante para responder às mudanças nas necessidades e capacidades das crianças.

6. Empatia e Apoio Emocional: Estabelecer limites não deve ser um processo autoritário. Demonstrar empatia e fornecer apoio emocional durante o processo ajuda a construir uma relação de confiança e respeito.

Desafios na Definição de Limites

Definir e manter limites pode ser desafiador. Algumas crianças podem testar constantemente os limites, e os adultos podem enfrentar dificuldades para manter a consistência. Além disso, cada criança é única, e o que funciona para uma pode não funcionar para outra. É importante que os cuidadores estejam preparados para enfrentar esses desafios com paciência e determinação.

Outra dificuldade é o equilíbrio entre ser firme e ser carinhoso. Alguns adultos podem achar difícil estabelecer limites sem parecerem autoritários, enquanto outros podem ser excessivamente permissivos. Encontrar o equilíbrio certo é essencial para o sucesso na definição de limites.

O atendimento às necessidades das crianças e a definição de limites são componentes essenciais para o desenvolvimento saudável e equilibrado. Atender às necessidades físicas, emocionais, sociais, cognitivas e morais das crianças proporciona uma base sólida para seu crescimento. Ao mesmo tempo, estabelecer limites claros e consistentes ajuda a garantir a segurança, o desenvolvimento do autocontrole e a preparação para a vida em sociedade. Com uma abordagem equilibrada, que combine clareza, comunicação, empatia e apoio, é possível criar um ambiente onde as crianças possam se desenvolver plenamente e de maneira saudável.

CRIANÇAS DE ZERO A 3 ANOS NECESSIDADES E CUIDADOS

Os primeiros anos de vida, de zero a três anos, são fundamentais para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças. Durante esse período, as crianças experimentam um crescimento rápido e diversas mudanças significativas. Atender às necessidades dessas crianças e proporcionar cuidados adequados é crucial para garantir um desenvolvimento saudável e integral. Este texto aborda as principais necessidades e cuidados necessários para crianças de zero a três anos, destacando os aspectos mais importantes para promover seu bem-estar e desenvolvimento.

Necessidades Físicas

As necessidades físicas das crianças de zero a três anos incluem alimentação, sono, higiene e segurança.

- **Alimentação:** Nos primeiros meses de vida, a amamentação é a principal fonte de nutrição e traz inúmeros benefícios para o bebê. O leite materno contém todos os nutrientes necessários para o crescimento saudável e fortalece o sistema imunológico. Quando a amamentação não é possível, fórmulas infantis adequadas devem ser utilizadas. À medida que o bebê cresce, a introdução de alimentos sólidos deve ser gradual e seguir as orientações pediátricas, garantindo uma dieta equilibrada e nutritiva.

- **Sono:** O sono é essencial para o desenvolvimento do cérebro e para o crescimento físico. Recém-nascidos podem dormir até 18 horas por dia, com períodos de sono intercalados com alimentação e cuidados. À medida que crescem, o padrão de sono se estabiliza, mas é importante manter uma rotina regular de sono para garantir que a criança tenha descanso adequado.

- **Higiene:** A higiene adequada é crucial para prevenir infecções e doenças. Trocas frequentes de fraldas, banhos regulares e cuidados com a higiene oral, mesmo antes do aparecimento dos dentes, são fundamentais. O ambiente onde a criança vive deve ser limpo e seguro para evitar acidentes e problemas de saúde.

- **Segurança:** A segurança é uma prioridade constante. As crianças pequenas são naturalmente curiosas e exploram o mundo ao seu redor, o que pode levá-las a situações perigosas. Medidas de segurança, como o uso de cadeirinhas apropriadas no carro, proteção de tomadas elétricas, instalação de barreiras em escadas e supervisão constante, são essenciais para prevenir acidentes.

Necessidades Emocionais

O desenvolvimento emocional das crianças de zero a três anos está fortemente ligado à formação de vínculos seguros com os cuidadores.

- **Apego:** A formação de um vínculo de apego seguro é crucial para o desenvolvimento emocional saudável. Cuidadores que respondem de maneira sensível e consistente às necessidades do bebê ajudam a construir um senso de segurança e confiança. Isso inclui responder prontamente ao choro, oferecer conforto físico e emocional e criar um ambiente de amor e carinho.

- **Estimulação e Interação:** A interação constante com os cuidadores é vital para o desenvolvimento emocional e social. Brincadeiras, conversas, toques carinhosos e expressões faciais ajudam a criança a desenvolver habilidades de comunicação e a entender emoções. A presença de um cuidador atento e envolvido promove um ambiente onde a criança se sente segura para explorar e aprender.

- **Rotina e Previsibilidade:** Manter uma rotina regular ajuda a criança a sentir-se segura e a entender o que esperar ao longo do dia. Horários consistentes para alimentação, sono e atividades diárias proporcionam um senso de estabilidade e controle, o que é importante para o bem-estar emocional.

Necessidades Sociais

O desenvolvimento social das crianças de zero a três anos envolve a interação com outras pessoas e a aprendizagem de habilidades sociais básicas.

- **Interação com Outros:** As crianças pequenas começam a interagir com outras pessoas além dos cuidadores principais. Participar de brincadeiras com outros bebês e crianças da mesma idade ajuda a desenvolver habilidades sociais, como compartilhar, esperar a vez e resolver conflitos de maneira apropriada.